

O SER FAMÍLIA BRASILEIRA

Dandrea Mouro BORBA¹
Izabel Cristina Marion CORREIA²

Resumo: Conceitualmente, a família é apresentada como um núcleo, formado pelo pai, mãe e filhos, podendo contar ainda com parentes e agregados habitando no mesmo local. Para facilitar o estudo das estruturas familiares e os relacionamentos intrafamiliares, foi apresentado quatro modelos de família: a aristocrática, a camponesa, a burguesa e a da classe trabalhadora. A família do tipo burguesa exerceu grande influência na formação da família brasileira, principalmente através da imigração, que introduziu valores e costumes do modelo burguês. Na contemporaneidade este modelo é adotado como o ideal de família. Com a revolução feminista, houve uma modificação da estrutura familiar, onde observamos a construção de novos contornos de relacionamentos familiares. O Assistente Social, na sua atuação profissional, necessita entender este fenômeno, fazendo uma leitura da realidade atual, para que possa intervir no sentido de superar o paradigma de um “modelo ideal” para as famílias brasileiras.

Palavras-chaves: família, afetividade intrafamiliar

INTRODUÇÃO

No decorrer dos tempos a família vem passando por modificações estruturais que deixam marcas indeléveis na formação e nos relacionamentos intrafamiliares.

Este artigo tem como objetivo debater o conceito de família, sua constituição, os atores sociais que problematizaram suas questões, bem como os seus novos arranjos na atualidade.

Dentre outros aspectos, procuramos entender de que forma a população mais empobrecida vive a sua relação familiar.

Inicialmente foi definido o que é família, seguido de uma apresentação dividida em quatro modelos estruturais de família e a sua influência na formação familiar brasileira que moldou a família contemporânea e a relação de afetividade intrafamiliar.

Considera-se imprescindível para o assistente social conhecer a história da família, seu relacionamento intrafamiliar e seus novos arranjos, para que possa intervir de forma crítica, evitando-se a prática de atitudes preconceituosas ao deixar-se influenciar pela visão de homem mundo.

1 O QUE É SER FAMÍLIA

¹ Discente da Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente

² Discente da Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente

De acordo com o dicionário Aurélio, família significa “[...] o pai, a mãe e os filhos; pessoas unidas por laços de parentesco, pelo sangue ou por aliança; [...] comunidade formada por um homem e uma mulher, unidos por laço matrimonial, e pelos filhos nascidos dessa união”. Mas a noção contemporânea torna o significado de família bem mais amplo, portanto, de acordo com o mesmo dicionário: “Grupo formado por indivíduos que são ou se consideram consangüíneos uns dos outros, ou por um descendente de um tronco ancestral comum e estranhos admitidos por adoção”.

Poster (1979) em Teoria Crítica da Família, para fins didáticos, divide a família em quatro grupos: família aristocrática, família camponesa, família burguesa e família operária. Cada uma dessas famílias possui uma hierarquia própria, uma maneira de se inter-relacionar e educar os filhos.

[...] a teoria crítica será usada para gerar quatro modelos de estrutura da família. Os quatro modelos são a família burguesa de meados do século XIX, a família aristocrática dos séculos XVI e XVII, a família camponesa dos séculos XVI e XVII e a família da classe trabalhadora do início da revolução industrial. Esses modelos foram selecionados porque contribuem melhor do que quaisquer outros para se compreender a situação da família de hoje. Os quatro modelos são também apresentados aqui porque ilustram o uso que pode ser dado à teoria crítica da família. Outros modelos poderiam ser igualmente desenvolvidos, baseados, por exemplo, em diferenças étnicas. Mas estes não serviriam tão bem para elucidar as questões fundamentais do destino reservado à família hodierna. (Poster, 1979, p.185)

A família aristocrática caracteriza-se pelo patriarcalismo, porém a mulher não é vinculada ao lar tão pouco a criação dos filhos. Estas tarefas eram diluídas entre todos os componentes que residiam no castelo. Não havia privacidade: senhores e servos dividiam o mesmo espaço.

Na família camponesa também encontramos o patriarcalismo, porém de uma forma mais branda. A mulher trabalhava fora e o seu serviço era necessário para a sobrevivência da família, portanto ela detinha algum poder. Os filhos eram criados pela comunidade, onde vigorava as tradições da comunidade.

A Revolução Francesa foi um marco definitivo da transição entre feudalismo e capitalismo. A burguesia conduziu o processo de forma a garantir seu domínio político. Para se legitimar como nova classe social, a burguesia instituiu um novo padrão familiar.

O amor romântico, a domesticidade e a maternidade foram a base do novo modelo.

Para a família operária, este processo ocorreu de forma mais dramática. Tendo que trabalhar para sobreviver, homens, mulheres e crianças estabeleciam mais vínculos com seus patrões do que com a própria família.

A família operária sofreu intervenções da família burguesa, até que a primeira legitimasse a segunda, Poster (1979, p. 214) “a classe trabalhadora [...] reconheceram a legitimidade moral da burguesia ao adotar a sua estrutura familiar”.

A partir do final do século XIX a família do tipo burguesa tornou-se a forma mais evidente de arranjo familiar e como consequência, temos um enfraquecimento da democracia social, pois perdeu-se muito com a convivência na comunidade e familiares extensos (avós, tios, primos, etc).

As relações entre marido e mulher e entre pais e filhos devem libertar-se de seu caráter possessivo e devorador [...] A ideologia do amor romântico tornou-se uma pesada cadeia em torno do pescoço dos parceiros conjugais, sobrecarregando-os de expectativas que são difíceis de se

concretizar plenamente. A ideologia da domesticidade priva o casal do necessário apoio da comunidade e prende as mulheres à rotina do trabalho doméstico. A ideologia do cuidado maternal compele as mulheres a renunciarem às suas próprias necessidades a serviço dos filhos, desencoraja os homens a envolverem-se na atividade humanizante da criação dos filhos e defronta as crianças com um padrão de autoridade intrusa. Amor, domesticidade e criação empática dos filhos não são, em si mesmos, passíveis de objeções. Quando restritos à família contemporânea, atuam para enfraquecer a sociabilidade e distorcem as relações dentro da família. Uma comunidade democrática deve evitar a terrível escolha com que a deparamos hoje as pessoas, entre a dedicação incondicional à família ou a completa solidão. (Poster, 1979, p. 222-223)

2 FORMAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA

A sociedade brasileira tem como característica a exclusão de uma parte da população dos direitos relativos a cidadania.

Esta exclusão deu-se, inicialmente, entre brancos e índios, onde os portugueses submeteram os índios a escravidão, exploraram sexualmente as índias e retiraram dos filhos mestiços a possibilidade de serem incluídos na sociedade dominante.

Os mestiços moravam nas tribos; os jesuítas se empenharam muito em contatar e integrar esses mestiços na sociedade colonial, visando o aumento do número de cristãos e portugueses.

Este mesmo processo ocorreu também com os negros-africanos que vieram para o Brasil como escravos. Além da exploração da mão de obra, temos novamente a exploração sexual das negras.

Mas, que tipo de relação sexual poderia emergir entre seres igualizados sob o chicote? A escrava era obrigada a ceder os desejos libidinosos de seu senhor para não se expor, com a recusa, a toda sorte de torturas; não poderia guardar a honra de sua filha, nem mesmo a sua, contra tentativas do seu poderoso senhor e nem o escravo poderia queixar-se da infidelidade de sua mulher, e vingar-se de seu sedutor. (Escravidão – site xangosol)

A escravidão, tanto de índios quanto de negros, afetou diretamente na família. Segundo Neder (2005, p.39), “[...] o **autoritarismo** e a **violência** da escravidão são responsáveis pela separação entre casais, pais e filhos e outros parentes e amigos, provocando perda de vínculos e crise de identidade marcantes e irreversíveis”.

2.1 A influência da imigração

A elite brasileira estudava nas melhores faculdades da Europa, com este intercâmbio, havia uma troca cultural muito importante entre brasileiros e europeus. À partir desta troca, a cultura burguesa foi trazida para o Brasil (costumes familiares, de consumo, etc). Houve uma acentuada defesa da imigração, que não se restringia às necessidades de mão de obra, mas também a um ideal de construção de uma nacionalidade. O Brasil que se pretendia formar era livre e de cidadãos brancos. Os nacionais - mestiços, negros, índios e brancos pobres - eram desqualificados como cidadãos.

Os imigrantes europeus já conheciam e aceitavam a cultura burguesa, principalmente no se referia a família, porém, não dentro dos padrões rígidos da burguesia europeia. Segundo Poster (1979, p. 213)

[...] O zelo filantrópico necessita ser estudado como parte de um esforço para levar a classe trabalhadora a adotar alguns aspectos da estrutura da família burguesa – assistência materna, domesticidade, privacidade. [...] para reformar a moralidade [...] esse segundo estágio da família proletária viu a mulher cada vez mais no lar com os filhos. O padrão burguês de diferenciação dos papéis sexuais começou a exercer efeito. Contudo, a completa domesticidade burguesa não atingira ainda a classe trabalhadora.[...]

O não isolamento da família imigrante européia veio como um apoio a fragilizada família negra ou mestiça já existente. Colocando-se em evidência que o lugar do homem era fora de casa e as mulheres com a formação de uma sociedade de ajuda mútua. Estabelecendo-se assim uma sociedade matrifocal, onde os filhos e o sentido de família dá-se em função da mulher.

De acordo com Szymanski (1992) o modelo matrifocal é vivenciado nas famílias de baixa renda até os dias atuais.

2.2 Família Contemporânea

Na Europa, a família da classe trabalhadora assume o padrão da família burguesa, quando ocorre a mudança do casal burguês para o subúrbio (na década de 1950, em Londres). “Só nesse terceiro estágio é que a classe trabalhadora adotou plenamente o padrão da família burguesa”, segundo Poster (1979, p. 214). O conservadorismo no século XX, adotado pela família trabalhadora, pode ser atribuído a atração exercida pelo modelo da família burguesa. A classe trabalhadora reconheceu e legitimou a moral burguesa ao adotar a sua estrutura familiar. E ainda, segundo Poster (1979, p. 214) “a transformação da estrutura familiar da classe trabalhadora é um dos aspectos não registrados do êxito político da democracia burguesa”.

O movimento social que interviu e tentou mudar esta forma de relação familiar foi a revolução feminista.

O feminismo é formado e motivado primeiramente a partir das experiências da mulher. Ele apresenta uma crítica à desigualdade social dos sexos e promove os direitos das mulheres, seus temas e interesses. Os autores que debatem sobre o feminismo tentam compreender a natureza da desigualdade e enfocam a política dos sexos, relações de poder e sexualidade.

O movimento feminista vinculava-se muito com os sindicatos, pois lutavam pelas mesmas reivindicações, tais como: redução da jornada de trabalho, melhor salários, regulamentação do trabalho infantil. Posteriormente, passou a lutar por igualdade de salários entre homens e mulheres que desempenhavam o mesmo serviço com a mesma carga horária, a proibição de demissão em razão da gravidez, etc. A luta mais importante desenvolvida pelo movimento feminista foi pelos direitos políticos – o de votar e de ser votada.

O movimento feminista foi responsável por várias mudanças nas sociedades ocidentais, dentre elas podemos destacar: o direito ao voto, o divórcio, o aumento na oportunidade de trabalho para mulheres e salários mais próximos aos dos homens, o controle sobre o próprio corpo em questões de saúde, entre outros.

3 RELAÇÕES DE AFETIVIDADE

O contexto atual apresenta como ponto de relevância a afetividade intrafamiliar. O desenvolvimento do relacionamento humano deve levar em conta o respeito entre os seus membros.

[...] ponto de partida, é o olhar para esse agrupamento como núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente, por razões afetivas, dentro de um projeto de vida em comum, em que compartilham um cotidiano, e, no decorrer das trocas intersubjetivas, transmitem tradições, planejam seu futuro, acolhem-se atendem os idosos, formam crianças e adolescentes. (Szymanski, 2002, p. 10)

Contudo, encontramos ainda famílias marginalizadas por não corresponder aos moldes que a sociedade introjeta. De acordo com Szymanski (1992), encontraremos aqui a diferença entre a ‘família pensada’ e a ‘família vivida’.

A ‘família pensada’ é do tipo patriarcal, nuclear, os papéis de gênero definidos; onde temos o pai – homem – mantenedor da família; mãe – mulher – cuidadora do lar e dos filhos. Quando a família não consegue desenvolver a “família pensada” fica a sensação de incompetência, e esta sensação acarreta sentimento de inferioridade, discriminação e baixa-autoestima.

Já a ‘família vivida’ refere-se ao modo de agir habitual dos seus membros. Herança vivida na família de origem do casal ou arranjos diferentes do usual. “Família além de reprodutor e transmissora da cultura, pode ser também um lugar onde as pessoas buscam seu bem-estar, mesmo que a solução encontrada não siga o modelo vigente”.(Szymanski, 1992, p. 16)

Segundo Szymanski (2003), o importante é a vivência da família no cotidiano, suas inter-relações pessoais, seus valores de origem histórica, crenças e normas inerentes a esta família. Devendo considerar, antes de tudo, o indivíduo que compõe a família e sua subjetividade nas experiências vividas no dia-a-dia.

A convivência por razões afetivas assume um compromisso, entre as partes envolvidas, de cuidado mútuo. Este cuidado é o desenvolvimento da solicitude.

A solicitude pode ser tanto autêntica (consideração, respeito, paciência, tolerância e esperança) quanto pode ser deficiente (desconsideração, impaciência, intolerância ou negligência). A solicitude autêntica faz reconhecer o outro na figura do próximo.

Segundo Szymanski (2002), a estrutura familiar não é determinante na forma como se dá a solicitude; o que realmente influencia é a sua história, classe social de pertencimento, a cultura familiar e o que a sua organização significa no mundo.

As dificuldades de mudanças de crenças, valores, hábitos e práticas, faz com que a ‘família pensada’ adquira importância no imaginário popular, quando “ao se pensar na família hoje, deve-se considerar as mudanças que ocorrem em nossa sociedade, como estão se construindo as novas relações humanas e de que forma as pessoas estão cuidando de suas vidas familiares”. (Szymanski, 2002, p.17).

A família reconstituída – onde se formam novos laços familiares: mãe-solteira no segundo ou terceiro casamento; pai no segundo ou terceiro casamento; filhos da nova esposa/marido; irmão biológico ou meio-irmão; casal homossexual. Estes novos arranjos não significam rejeição ao casamento, pois “[...] eles recusam o nó, não o ninho. O lar oferece, num mundo duro, um abrigo, uma proteção, um pouco de calor humano. O que desejam é conciliar as vantagens da solidariedade familiar e a liberdade individual”. (Perrot, 2000, p. 15 – apud Szymanski, 2002, p. 19).

Portanto, ainda de acordo com Szymanski (2003, p. 27), temos,

O mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo. Desconsiderar isso é ter a vã pretensão de colocar essa multiplicidade de manifestações sob a

camisa-de-força de uma única forma de emocionar, interpretar, comunicar.

CONCLUSÃO

É lenta a construção, no imaginário popular, de um novo modelo de família. Apesar da evidente formação de novos arranjos familiares, ainda temos introjetado um modelo ideal a ser vivido. Precisamos trabalhar com todos os segmentos sociais, suas expectativas e anseios; respondendo satisfatoriamente todas as suas necessidades. Cabe aos profissionais que atuam na área de família, incluindo-se os do Serviço Social, desmistificar o conceito de que a família burguesa é o padrão ideal a ser seguido.

O Assistente Social deve manter como foco de trabalho, que a família é muito mais do que uma união de corpos sob um mesmo teto, entendendo-a como uma união de individualidades – devendo ser respeitado como ser completo, que vive dentro de um padrão cultural e que é capaz de estabelecer relacionamentos diversos. Portanto, a principal capacidade de desvelamento do assistente social, é perceber e valorizar as relações de afeto, desenvolvido entre os membros de uma família.

Não se deve ter como foco de atuação o desenvolvimento de papéis de gênero, mas sim o desenvolvimento de solicitudes e o desempenho familiar em desenvolver a sociabilidade e a personalidade de todos os seus membros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORIS, F. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2001

CALDEIRA, C. Feminismo. Revista espaço aberto On-line disponível em: <www.usp.br/espacoaberto/arquivo/2002/espaco25nov/0varia.htm> acessado em 10 abril. 2006

CARDOSO, F.G., et al. Questão social: fenômeno vinculado à histórica luta de classes e determinante básico do Serviço Social como profissão. **Ser Social** 6. Brasília, n.6, p. 79-94, jan/jun, 2002.

CARVALHO, M. C. B. O lugar da família na política social. In:_____. **A família contemporânea em debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005

CAMPANHOLE, H.L.; CAMPANHOLE, A. **Constituições do Brasil**, 14.ed. São Paulo: Atlas, 2000

COSTA, A. C. G. A família como questão social no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família brasileira a base de tudo**.7.ed. São Paulo: Cortez, 2005

DIAS, M. L. **Vivendo em família**: relações de afeto e conflito, disponível em <<http://www.lacospsicologia.com.br/index.php?c=%20124&s=0&lang=16>> acessado em 17 fev. 2006.

ES CRAVIDÃO disponível em <www.xangosol.com/escravidao.htm> acessado em 10 abril 2006

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio eletrônico – século XXI**, produto da Lexikon Informática Ltda, versão 3.0, nov. 1999

FEMINISMO e Feminismo Brasileiro, disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/feminismo> acessado em 10. abril 2006

FÓRUM Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. DCA, disponível em: <<http://www.forumdca.org.br/?q=historico>> acessado em 10.abril.2006.

GUEIROS, D. A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. **Revista Serviço Social e Sociedade**. ano XXII, n. 71 p.103-121 set. 2002

MESGRAVIS, L.; PINSKY, C.B. **O Brasil que os europeus encontram**. História e contexto, 2000

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família brasileira a base de tudo**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005

OSÓRIO, L.C. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996

POSTER, M. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

RESENDE, M. E. L. O processo político na primeira república e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. (org.) **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente**, vol 1, Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003

SZYMANSKI, H. **Trabalhando com famílias**. São Paulo: CBIA/SP e IEE- PUC/SP, 1992

_____. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafio de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social e Sociedade**. ano XXII, n. 71 set. 2002.

_____. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M. C. B. **A família contemporânea em debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005